

# Laboratório do HGJAF continua sem adequações

Setor foi condenado pela Vigilância Sanitária Estadual e alvo de Ação Civil Pública



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL  
COORDENADORIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
RECORTE DE

**Karla Pinheiro**

**L**ocal inadequado, suspensão de exames, falta de condições de trabalho e de materiais são apenas alguns dos problemas apontados pelo Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Laboratório do Estado de Sergipe (Sintelab) que ocorrem no laboratório do maior hospital público do Estado, o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). O local já foi condenado pela Vigilância Sanitária Estadual e o **Ministério Público Estadual (MPE)** ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) em face da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) para que fossem feitas as adequações do laboratório às normas sanitárias. A penalidade pelo descumprimento da determinação foi multa diária de R\$ 10 mil.

De acordo com o presidente do Sintelab, Ricardo Abel Garcia, o tempo está correndo e até o momento o laboratório não passou por nenhuma adequação. "A Vigilância Sanitária condenou o laboratório do HGJAF, era para ser interditado, mas não tem como fechar o laboratório do maior hospital público de Sergipe, se hoje o laboratório parar de funcionar, o serviço do hospital para também, porque todo o diagnóstico passa pelo laboratório. Mas a Vigilância deu um prazo para que fosse feito um espaço novo para o laboratório, esse prazo já passou, já houve ACP ajuizada, mas nada foi feito. Tudo continua do mesmo jeito, o laboratório não passou por nenhuma reforma, continua locado no mesmo local, com os mesmos problemas que só se agravam", conta o sindicalista.

O presidente aponta vários problemas do laboratório do HGJAF. De acordo com ele são problemas gritantes que precisam ser resolvidos com urgência. "No laboratório fica um arquivo de caixas cheias de papel. Como o



**SECRETARIA  
DE ESTADO DA  
SAÚDE INFORMA  
QUE AS OBRAS  
DE REFORMA DO  
LABORATÓRIO  
ESTÃO EM  
FASE FINAL**

sistema do laboratório é todo manual, a lei obriga que os documentos sejam guardados por cinco anos, então como o volume de exames é grande, as caixas aumentam também, o arquivo bate quase no teto e é armazenado dentro do laboratório no local que faz o exame, inclusive nesse local é onde se controla bactérias, então imagine o perigo que o trabalhador está correndo com isso. O quadro de energia não tem tampa, o que isola é um pedaço de papelão, sem contar que todos trabalham em condições de estresse muito grande, porque tem que trabalhar nessa situação, é um star que não oferece repouso adequado porque fica mal localizado no hospital. É complicado”, destaca Ricardo.

Além dos problemas estruturais descritos pelo Sintelab, os profissionais convivem direto com a falta de materiais. Segundo Abel, exames essenciais e simples ficaram sem ser realizados no hospital por cerca de 30 dias. “A cultura da urina e do sangue não estava sendo feita. A cultura do sangue para um paciente que está em uma UTI ou no internamento mais grave é extremamente importante, porque através dela é que o médico avalia se o antibiótico que ele está dando àquele paciente está funcionando, sem ele o médico não tem como efetivamente avaliar se o organismo está respondendo a medicação. Se falta isso por 30 dias, quantos pacientes estão sendo prejudicados? E esses exames não têm como fazer fora, são rotinas que têm que ser feitas no próprio hospital, porque são materiais que não dá para colher e enviar para outra lugar, fica extremamente inviável porque perde a qualidade”, ressalta o presidente do Sintelab.

Abel critica o descaso do Governo do Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde e cobra da Vigilância Sanitária uma atuação mais efetiva. “Todas essas pautas são da ACP ajuizada no MPE, estão condenadas por liminar, sob multa diária e mesmo assim insistem no erro

e no problema, nem a justiça intimida o Governo e nem a Fundação Hospitalar. Acredito que falta vontade de fazer, porque ano passado a FHS teve faturamento de quase R\$ 450 milhões, então por falta de dinheiro não é, nada justifica essa situação”, afirma.

#### • **Liminar**

A liminar foi deferida pelo Juiz de Direito, Dr. Nelson Humberto Madeira da Silveira, no dia 30 de abril de 2012, acatando pedido à Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público de Sergipe, ajuizada pela promotora de Justiça dos Direitos à Saúde, Euza Gentil Missano, em face do Estado de Sergipe e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS).

A decisão determinava que a FHS e o Estado de Sergipe, de forma solidária, deveriam adotar as providências necessárias, no prazo de 90 dias, para a conclusão da obra de reforma do Laboratório do HGJAF e ainda, no prazo de 15 dias, regularizar o abastecimento do referido laboratório com todos materiais básicos, insumos e equipamentos para o perfeito funcionamento e execução de exames.

#### • **SES**

Com relação às instalações do laboratório de análises clínicas, a diretoria de planejamento da Secretaria de Estado da Saúde informa que as obras de reforma estão em fase final e sua conclusão tem previsão para o mês de agosto e que as questões descritas na Ação Civil Pública serão sanadas com a entrega desta obra. Ainda segundo a SES, em tempo, a biomédica Débora Karlla Gomes informa ainda que os insumos e reagentes adquiridos através de licitação, necessários para execução de exames de cultura estão disponibilizados no hospital. Para hemocultura o aparelho apresentou problema, a empresa fornecedora PMH já foi acionada e informa que o equipamento estará em funcionamento na próxima semana.